



Assembleia da Organização Regional de Beja

Um PCP mais forte.
Com os trabalhadores e o povo

Organizar, Intervir, Lutar!



16 de Novembro de 2014
Domingo
Castro Verde
Cineteatro Municipal



8.ª Assembleia da Organização Regional de Beja do PCP

16 de Novembro de 2014 – Cineteatro Municipal de Castro Verde

**“Um PCP mais forte.
Com os trabalhadores e o povo – Organizar, Intervir, Lutar!”**

PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

1 – AGRAVOU-SE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL NO DISTRITO DE BEJA ENTRE 2010 E 2014

1.1. A situação económica e social no distrito de Beja agravou-se substancialmente nos quatro anos que decorreram entre a 7.ª Assembleia da Organização Regional de Beja, em Novembro de 2010, e o momento em que se realizam os nossos trabalhos.

1. 2. A governação do PS e a sua política ao serviço do grande capital, que culminaram com a intervenção da *troika* estrangeira e a imposição do pacto de agressão e submissão, foram continuadas e aprofundadas, a partir de meados de 2011, pelo catastrófico governo do PSD-PP. Estas políticas, antipopulares e antipatrióticas, a mando do directório das maiores potências da União Europeia, têm empobrecido os trabalhadores e o País, reduzido a soberania nacional, enfraquecido a independência.

1.3. Nestes anos, no distrito de Beja, alastrou a pobreza e a miséria. Cresceu o número de desempregados (a maior parte dos quais sem subsídio de desemprego e muitos sem quaisquer apoios sociais) e isto apesar das falsificações das estatísticas oficiais, manipuladas com a inclusão de contratados de inserção, de jovens estagiários, de participantes em cursos de formação. Aumentaram a precariedade laboral e o emprego sem direitos, em muitos casos com remunerações abaixo do salário mínimo nacional, já baixo e que governantes e patrões e seus serventuários se recusam a elevar significativamente apesar dos compromissos assumidos. Intensificou-se em direcção às cidades do litoral e ao estrangeiro a emigração quer sazonal quer de longo prazo, entre a população activa, sendo de destacar que já não sai só mão-de-obra pouco qualificada mas emigram também jovens licenciados. Registaram-se cada vez mais falências e insolvências de micro, pequenas e médias empresas – na indústria, no comércio, nos serviços, na restauração e hotelaria.

1.4. Resultado do pacto de agressão e submissão estabelecido em 2010 entre a *troika* de entidades estrangeiras (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu) e a tríade nacional (PS, PSD e PP, partidos que pediram e apoiaram a intervenção dessas entidades), e das políticas desde então cometidas, o distrito de Beja, tal como o Alentejo e o País, está mais pobre.

1.5. Mantém-se hoje válida a análise anteriormente feita de que as populações da região alentejana, e de todo o interior, são duplamente penalizadas com as políticas de direita que privilegiam o grande capital e as classes sociais a ele associadas em desfavor dos

trabalhadores e outras camadas populares, agravando assim as desigualdades e injustiças sociais e também as assimetrias regionais, num contexto nacional em que se acentua a litoralização.

1.6. Por um lado, as populações sofrem duramente as consequências das actuais políticas neoliberais – desemprego e subemprego, redução de salários e pensões, aumento dos impostos para os trabalhadores e reformados, desvalorização do trabalho e dos trabalhadores, redução de direitos (roubos dos subsídios de férias e de Natal, aumento da jornada de trabalho e eliminação de feriados, ataques à legislação laboral com a generalização da precariedade, liberalização dos despedimentos, redução das indemnizações por despedimento, diminuição do tempo e valor do subsídio de desemprego, ataque à contratação colectiva, redução do valor do trabalho suplementar, criação de um banco de horas, redução das deduções fiscais em sede de IRS nas despesas com saúde, educação e habitação, aumento do IVA, aumento das tarifas de transportes, do gás, da electricidade e das taxas moderadoras na saúde, privatização e destruição de serviços públicos e funções sociais do Estado na saúde e educação, ataque ao sistema público e universal da segurança social) – enfim, sacrifícios crescentes para os trabalhadores e ainda mais gravosos para as famílias de menores rendimentos.

1.7. Por outro lado, as populações alentejanas são também castigadas pela marginalização do interior do País, pela desertificação física e o despovoamento de uma grande parte do território – e, assim, com o fecho de escolas, de valências em centros de saúde e hospitais, a falta de médicos, enfermeiros e outro pessoal da saúde, a liquidação de freguesias, o encerramento de diversos serviços públicos (tribunais, repartições de Finanças, etc.), a redução de efectivos e meios da GNR em vilas e aldeias, a extinção de ligações ferroviárias (como a ligação directa Beja-Lisboa), a degradação de rodovias, acentuam-se na região a quebra demográfica e o envelhecimento populacional, o aumento da emigração e as bolsas de pobreza.

1.8. Registe-se que a intensificação dos ataques à educação (alvo preferencial, com a saúde e a segurança social, das políticas privatizadoras da direita no poder), para além do fecho de escolas, da diminuição do número de professores e outros trabalhadores, da ameaça à qualidade do ensino público, coloca em risco a existência do ensino superior no distrito. O Instituto Politécnico de Beja, por cuja criação, instalação e desenvolvimento os comunistas e outros democratas se bateram, enfrenta dificuldades crescentes com os permanentes ataques à escola pública – cortes de verbas, diminuição de docentes e outros trabalhadores, extinção de cursos, tudo isso levando à redução do número de alunos e de licenciados e à diminuição da qualidade do ensino superior público.

1.9. Todos estes impactos negativos foram agravados nestes anos de governação PSD/PP – que se orgulha em proclamar que “o Portugal de 2011 já não existe” – com a ofensiva contra o Poder Local democrático, traduzida na extinção de freguesias, na drástica redução de verbas para as autarquias, nos fortíssimos e crescentes estrangimentos da autonomia administrativa, financeira e política dos municípios.

1.10. Esta política de liquidação do Poder Local democrático, uma das grandes conquistas de Abril, para além de dificultar a governação de proximidade, de reduzir o apoio às populações, de travar o desenvolvimento local, tem com consequência indirecta, entre outras, o enfraquecimento do movimento associativo popular – historicamente muito apoiado por câmaras municipais e juntas de freguesia –, levando ao desaparecimento de colectividades e grupos artísticos, ao empobrecimento do património cultural da região.

1.11. Contribuindo para o agravamento da situação no distrito de Beja e na região, investimentos públicos fundamentais – que há muito deveriam estar concluídos e constituir obras fundamentais para a criação de emprego e para o desenvolvimento regional e nacional – estão parados, avançam lentamente ou sofrem de indefinições. Disso são exemplos o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, o IP8 e o IP2 entre outras acessibilidades rodoviárias estruturantes, e o aeroporto de Beja, concluído mas sem uma estratégia de utilização.

1.12. Actividades económicas da região, como a agricultura (olival e vinha, cereais) e a pecuária, a exploração mineira em Castro Verde e Aljustrel e o turismo não têm conseguido travar o desemprego e o enfraquecimento do tecido económico da região.

1.13. O PCP reafirma e denuncia que quase 38 anos de políticas de direitas perpetradas pelos sucessivos governos dos partidos da política de direita (PS; PSD E PP) conduziram o distrito de Beja e o Alentejo à estagnação e recessão económica e social, à destruição da base produtiva, a falências e insolvências de centenas de pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. O desemprego e a exploração atingiram níveis só verificados no fascismo, a precariedade laboral assume proporções in comportáveis. A fragilização das relações laborais e a redução dos salários tem levado milhares de trabalhadores a sair da sua terra em busca de melhores condições de vida. Por força de tais políticas, o despovoamento no Alentejo tornou o território numa região cada vez mais desertificada e com uma população envelhecida. Este é o resultado da opção dos governos do grande capital que acentuou a litoralização no País e conduziu o distrito de Beja e o Alentejo à desindustrialização e ao desaproveitamento do potencial agrícola, hídrico e agro-industrial.

1.14. O PCP reafirma que, também no distrito de Beja, importa que todos aqueles que são atingidos por esta política lesiva dos interesses nacionais e regionais no plano económico e social elevem a voz, lutem com empenho para impedir a sua concretização, que apenas serve para aumentar as escandalosas fortunas de uns poucos e criar mais pobreza, miséria e fome na maioria. Por um lado, as grandes negociatas e roubalheiras que enriquecem uma minoria; por outro, o corte de salários e reformas, o esbulho dos rendimentos de quem trabalha.

1.15. Neste combate, a classe operária, os trabalhadores em geral e o povo, as novas gerações, os micro, pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, os agentes da cultura e do associativismo popular, encontrarão a seu lado, hoje como ontem, o Partido Comunista Português.

1.16. Lutar agora para garantir um presente digno e construir o futuro é não só uma necessidade como um imperativo. Portugal e a região não estão condenados, nem podem aceitar esta política de destruição. O distrito de Beja, o Alentejo e o País têm potencialidades que só uma política patriótica e de esquerda, no caminho da democracia avançada e do socialismo, têm condições para evidenciar e realizar.

2 – PROPOSTAS DO PCP PARA O DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO DE BEJA

2.1. O desenvolvimento do distrito é do interesse não só dos trabalhadores e do povo da região mas de todo o País. As potencialidades e recursos existentes devem ser aproveitados e enquadrados numa política de desenvolvimento regional devidamente articulada com políticas nacionais e com uma rotura com a política de direita que tem

vindo a ser seguida, com responsabilidades directas dos partidos da política de direita: PS, PSD e CDS.

2.2. Existe por isso um outro caminho que vai para além da política de classe aplicada que na região em particular se traduz também em esquecimento e abandono do interior. Existem políticas alternativas que o PCP tem vindo a apresentar ao longo dos anos, que têm sido objecto de resoluções de anteriores assembleias de organização, que no essencial mantêm (infelizmente) actualidade.

2.3. As nossas propostas têm como elemento essencial e prévio a ruptura com as políticas de direita e a adopção de uma política alternativa, patriótica e de esquerda baseada nos valores de Abril que caracterize o futuro da região e de Portugal, que privilegie os trabalhadores e as camadas mais desfavorecidas e que ponha termo a um modelo de “desenvolvimento” que tem conduzido à precariedade, à degradação das condições de trabalho, ao empobrecimento e à concentração e centralização capitalista, de que o sector da agricultura tem vindo a ser um claro exemplo.

2.4. As propostas do PCP assentam em primeiro lugar na aplicação na região dos principais traços da política patriótica e de esquerda:

1. A valorização do trabalho e dos trabalhadores, através de uma justa distribuição do rendimento, assente na reposição e no aumento dos salários, no pleno emprego, na defesa do trabalho com direitos, em maiores reformas e pensões, no combate ao desemprego e à precariedade, numa política fiscal justa e na defesa do sistema público solidário e universal de segurança social;
2. A defesa e o aumento da produção nacional, a recuperação para o Estado do sector financeiro e de outras empresas e sectores estratégicos;
3. A renegociação da dívida nos seus montantes, juros, prazos e condições de pagamento, rejeitando a sua parte ilegítima, bem como as imposições do Tratado Orçamental;
4. O combate às injustiças fiscais com a efectiva tributação do grande capital;
5. A defesa e recuperação dos serviços públicos, em particular no que concerne às funções sociais do Estado;
6. A assunção de uma política soberana e a afirmação do primado dos interesses nacionais.

2.5. Assentam também na necessidade de a nível regional serem tomadas medidas de estruturação e organização regional, que terão como aspecto incontornável: a criação e instituição da região administrativa do Alentejo, sem uma capital, com carácter polinucleado e baseada na transferência de competências e meios da administração central; e medidas de reforço da capacidade de intervenção e de meios do Poder Local, incluindo a reposição das freguesias extintas. Situação que não é indissociável de uma aplicação adequada dos fundos comunitários para o período 2014-2020, quer a nível do Programa Operacional Regional, quer a nível dos programas operacionais temáticos, dos programas de âmbito transfronteiriço, sublinhando-se ainda a importância da intervenção de âmbito local a nível da abordagem Leader e dos fundos para o desenvolvimento rural. Acresce ainda a concretização de políticas públicas de investimento e de reforço dos serviços públicos, como elemento integrador e de coesão territorial.

2.6. Reafirmamos que as propostas do PCP para o distrito de Beja assentam também num processo de desenvolvimento que assegure o equilíbrio entre o desenvolvimento económico, o desenvolvimento social, a defesa do meio ambiente, a ocupação humana

do território e o bem-estar e qualidade de vida das populações.

2.7. Propostas de desenvolvimento que partem da consideração do PCP, de que é necessária a criação de uma base económica diversificada, que assuma as seguintes apostas como prioridades:

- a agricultura e as agro-indústrias que acrescentem valor à produção da mesma;
- a actividade mineira, incluindo transformação;
- as actividades e sector turístico;
- e o sector cooperativo e social.

2.8. As propostas aqui apresentadas são baseadas num profundo conhecimento da realidade, em opções de classe e de defesa intransigente dos interesses da região e do País e também de uma atitude de relacionamento com as mais diversas entidades, com quem mantemos um diálogo profícuo, criador de condições para a concretização de uma alternativa política que dê expressão à política alternativa. Por isso o PCP reafirma a disposição e disponibilidade para discutir de forma aberta e responsável estas ideias e propostas, certos e seguros de que é necessário engrossar o caudal de vontades e de determinação para a sua aplicação:

1) Integrada na perspectiva que defendemos de valorização do trabalho e dos trabalhadores, é indispensável a definição de uma estratégia de formação, qualificação e fixação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento do distrito, que qualifique o ensino a todos os níveis e a formação profissional inserida na estratégia de desenvolvimento regional, tendo esta em conta e contribuindo para o seu aperfeiçoamento. Valorização do papel de todas as instituições que intervêm nesta área e defesa da escola pública e de um ensino de qualidade.

2) Concretização de uma política de ordenamento do território e do espaço (urbano e rural) que passa pela valorização dos diferentes centros urbanos, com destaque para as sedes de concelho, cruciais para assegurar a coesão da estrutura urbana regional, numa perspectiva de rede, sem deixar de considerar a situação de cada local, que ao mesmo tempo disponibilize aos cidadãos um conjunto de serviços e equipamentos na área da saúde, da segurança social, da segurança, da educação, da cultura e do desporto, e ainda o indispensável reforço do papel da administração pública do Estado ampliando os serviços existentes.

3) Retoma do modelo de gestão pública do Aeroporto de Beja, com a participação das instituições representativas da região, que assegure as condições necessárias ao rápido aproveitamento de todas as suas múltiplas potencialidades, com destaque para a contribuição para a dinamização de um *cluster* associado à aeronáutica que dinamize a actividade das empresas da região e o desenvolvimento do distrito, ao serviço das populações.

4) Uma nova atitude de aproveitamento dos recursos mineiros, assente na sua valorização na região, através do estudo da diversificação das origens e da instalação das unidades industriais adequadas a esse fim, de forma a pôr termo à exportação de recursos estratégicos e finitos a baixo custo, para os importar em seguida com significativo valor acrescentado no exterior.

5) Articulação do sector energético com as potencialidades existentes, desde as abertas pela proximidade do porto de Sines, de que é exemplo a necessidade de construção de

um oleoduto Sines-Beja e o alargamento da rede de distribuição de gás natural, até à intensificação energética de produção dos recursos renováveis, incluindo também o aspecto industrial como elemento relevante da estratégia regional de energia, que deve ser complementada com políticas de eficiência energética e de redução dos custos com a energia (combustíveis e electricidade).

6) Alterações da política agrícola, umas de carácter imediato e outras de carácter estrutural como a realização de uma reforma agrária, todas elas partindo do pressuposto da agricultura como sector estratégico para a salvaguarda da nossa soberania agro-alimentar e como contributo para o desenvolvimento rural e o equilíbrio demográfico da região. Alterações que passam pela diversificação da actividade agrícola, defesa do montado, das fileiras da cortiça, das produções hortofrutícolas e das raças autóctones (bovinos, ovinos e suínos) e de outras actividades associadas ao mesmo. Dinamização do regadio para além do previsto no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva. Conclusão dos processos de electrificação rural e melhoria dos acessos às explorações, através de um programa de intervenção nos caminhos agrícolas e rurais. Relativamente à reforma agrária, ela deverá ter como fundamento o estabelecido na Constituição da República, de que «as terras serão entregues a pequenos agricultores, de preferência integrados em unidades de exploração familiar, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras formas de exploração pelos trabalhadores». Alteração das regras de apoio à actividade agrícola e das regras das organizações comuns de mercado que respeite a ligação à produção e valorize a agricultura familiar.

7) Aproveitamento das potencialidades do mar e actividades relacionadas com a pesca (de mar, albufeira e rio), com a valorização e potenciação de toda a actividade do sector, em toda a sua fileira (transformação, conservação e comercialização).

8) Incentivo à existência de uma oferta turística de qualidade enquanto componente da economia regional, criando riqueza e emprego qualificado e com direitos, no respeito pela nossa identidade cultural e pelos valores patrimoniais e ambientais que caracterizam a região e a tornam num destino único no panorama nacional, preservando o ambiente, a cultura e identidade, e valorizando e preservando os recursos naturais e patrimoniais, colocando ao mesmo tempo os recursos ao serviço da população.

9) Uma política de mobilidade que combine as suas diferentes formas, através da construção e melhoria das principais acessibilidades do distrito, IP8, em perfil de auto-estrada entre Sines e Ficalho e sem portagens. IP2, IC27 e IC4. Ligação Beja-Aljustrel-Odemira em perfil de IC. Ligação Portel (IP2) – Moura – Ficalho (IP8). Requalificação da ligação Moura-Barrancos pela Amareleja. Requalificação das ligações Cuba-IP8 e Cuba-IP2. Reparação e requalificação da rede de estradas nacionais e respectivas pontes e pontões (obras de arte). Modernização da rede ferroviária convencional que faz as ligações a Beja incluindo a sua electrificação, e exigência de ferrovia Sines-Beja-Évora-Badajoz.

10) Criação de um programa de apoios financeiros e incentivos fiscais ao investimento produtivo com prioridade para os micro, pequenos e médios empresários e agricultores e melhoria do seu acesso aos diversos serviços da administração, incluindo alteração nas regras de aquisição que privilegiem o mercado local.

11) Salvaguarda da água como bem público e conclusão dos investimentos previstos no sector do abastecimento de água e do saneamento básico às populações. Combate à privatização dos resíduos.

12) Adopção de medidas e políticas de valorização ambiental na qual se incluem o desassoreamento dos rios Guadiana e Mira, de forma a garantir a sua navegabilidade e aumentar o seu potencial aproveitamento económico, a valorização das linhas de água, bem como das áreas da Rede Natura e dos Parques Naturais, cuja gestão se deve manter no domínio público.

13) Valorização da cultura e desporto enquanto instrumentos de desenvolvimento pessoal e humano e valorização da função social dos criadores e trabalhadores destas áreas e das suas estruturas e enquanto factores de formação cívica. Acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das actividades culturais, numa óptica de democratização cultural. Valorização do património cultural do distrito, material e imaterial, tradicional ou actual, enquanto criação colectiva e bem público e como forma de salvaguarda e reforço da identidade. Combate à actual tendência de desresponsabilização do poder central no que respeita à preservação e valorização da cultura e do património cultural. Defesa de políticas de promoção e alargamento da prática desportiva, enquanto vector de sociabilização, de desenvolvimento pessoal e de saúde e bem-estar.

14) Manutenção de valências e serviços no Hospital José Joaquim Fernandes, de Beja, e na área de influência da ULSBA, com o seu alargamento progressivo, exigindo a revogação da portaria 82/2014. Finalização do processo de instalação e efectivo funcionamento dos serviços de Urgência Básica articulado com o reforço da rede de emergência médica. Melhoria dos serviços de saúde em todos os concelhos no quadro do Serviço Nacional de Saúde, universal, geral e gratuito, dando prioridade ao reforço dos cuidados de saúde primários, entendendo os serviços de saúde como serviços polivalentes de proximidade, cuja retaguarda tem de estar salvaguardada com os serviços especializados necessários para dar resposta às necessidades das populações da região, que na região devem ser satisfeitas.

15) Existência de uma rede de serviços na área social que preste apoio integrado e complementar que satisfaça as necessidades das diversas camadas sociais, expresso através da ajuda à criação ou alargamento dos serviços de apoio a idosos, nomeadamente, lares, centros de dia e apoio domiciliário, que respondam às necessidades existentes e não a meros indicadores ou rácios que não têm em conta as especificidades geográficas e demográficas da região. Existência de serviços de apoio social de acompanhamento à criança e ao jovem, com períodos de funcionamento e horários adequados às necessidades das famílias. Garantir a articulação entre os serviços de apoio social e os serviços de saúde, garantindo a complementaridade das respostas sem desresponsabilização de cada um dos sectores.

16) Apoio e estímulo ao sector cooperativo e social (cooperativas, IPSS, Misericórdias, instituições mutualistas, associações de desenvolvimento local) e também às associações de bombeiros e ao movimento associativo popular, enquanto elementos estruturadores da participação dos interessados na resolução dos seus problemas, respeitando a sua diversidade e autonomia.

17) Adopção de iniciativas que garantam a fixação de jovens na região, promovendo a estabilidade no emprego e a dignificação dos salários, no apoio ao acesso à habitação e ainda o combate à discriminação de género no acesso ao emprego, à saúde, à cultura, ao desporto e à justiça. Um correcto tratamento dos imigrantes, privilegiando a sua integração e que valorize o seu contributo enquanto trabalhadores no respeito pelos direitos laborais, cívicos, sociais e culturais.

18) Tal como já propusemos em diversas instâncias, mantém-se a actualidade da necessidade da elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento para a área de influência de Alqueva, em estreita colaboração com as instituições representativas da região, incluindo a criação de um Conselho de Avaliação e Acompanhamento do Plano, que concretize as seguintes orientações, conforme projecto de resolução que em devido tempo apresentámos na Assembleia da República:

a. Apoio de forma especial às culturas que tenham carácter de fileira fomentando a implantação no território das correspondentes agro-indústrias, de forma a gerar emprego, factor estratégico de distribuição da riqueza produzida e indutor do desenvolvimento dos territórios.

b. Criação de um fundo especial e específico de apoio à diversificação de culturas e à implementação de indústrias agro-alimentares na região e assegure um preço da água adequado à actividade agrícola como compensação da perda da mais-valia eléctrica entregue à EDP.

c. Promoção de uma política de investigação, experimentação e extensão rural em estreita cooperação com as instituições existentes na região, os agricultores e respectivas associações.

d. Criação de um banco de terras do Estado que permita o acesso à terra por parte de jovens agricultores, de trabalhadores e de pequenos agricultores com terra insuficiente ou sem terra, e, ainda, de cooperativas de trabalhadores rurais.

19) Concretização de um Plano Imediato de Intervenção Económica e Social para o Alentejo, conforme proposta de resolução apresentada na Assembleia da República e que tem como traço essenciais a consideração de um conjunto de medidas que estão contidas neste documento, bem como em outras resoluções de assembleias do Partido a nível do Alentejo, com a preocupação de cruzar medidas de carácter e resultado imediato com medidas mais estruturais, todas elas inseridas numa estratégia de desenvolvimento para a região que actue sobre as causas dos problemas e não sobre as consequências.

3 – A LUTA DOS TRABALHADORES E DAS POPULAÇÕES

3.1. O movimento sindical

3.1.1. Vivemos um tempo em que se aprofunda a luta de classes em Portugal com o agravamento das políticas de exploração dos trabalhadores, impostas pelos governos da grande burguesia, apoiados pelo patronato e seus serventuários, ao serviço do grande capital nacional e estrangeiro.

3.1.2. A esta brutal ofensiva das classes exploradoras – uma resposta à crise estrutural em que se afunda o capitalismo – respondem com coragem e tenacidade, de forma organizada, a classe operária e os trabalhadores, resistindo, batalhando, travando pequenas e grandes lutas em defesa dos seus direitos laborais e sociais, dos seus postos de trabalho, do seu futuro e dos seus filhos, do desenvolvimento do País, do próprio regime democrático constitucional.

3.1.3. Nestas lutas permanentes, um dos principais instrumentos dos trabalhadores é a CGTP- Intersindical Nacional que enquadra e dinamiza o movimento sindical de classe, de massas, democrático, independente, unitário e solidário. Com grandes tradições de

luta no Portugal de Abril, a CGTP-IN é responsável pela organização das grandes manifestações das classes laboriosas realizadas nos últimos anos em Lisboa, no Porto, em Évora, em Beja, em todo o País, pelas greves gerais ou sectoriais, pelos constantes protestos nas fábricas, nas empresas, nos serviços, nas ruas e praças, pelo impetuoso e multifacetado movimento de massas que resiste e luta contra as políticas de direita dos governos do PS, PSD e CDS.

3.1.4. A União dos Sindicatos do Distrito de Beja (USDB), estrutura da CGTP-IN, dirige e coordena a actividade sindical. Representa 22 associações sindicais com delegações distritais, com dirigentes oriundos dos 12 principais sectores da actividade económica regional, tem desempenhado um papel relevante na defesa dos interesses dos trabalhadores.

3.1.5. Nestes anos, desde o começo da década, apesar das dificuldades provocadas pela «crise» e pelas medidas de «austeridade» impostas pelos governos – malfeitorias que os trabalhadores sentem de forma brutal –, continuaram interventivas no distrito de Beja as estruturas sindicais implantadas no sector público e privado, em especial na administração local, entre os enfermeiros e no seio dos professores, no sector mineiro, nas grandes superfícies comerciais, ainda que, com situações de dificuldade de organização diferenciadas e necessidades de reforço da actividade sindical.

3.1.6. Mobilizados pela USDB, trabalhadores do distrito intervieram, ao longo destes quatro anos, participando em maior ou menor número, em todas as lutas organizadas pela CGTP-IN, quer as grandes acções nacionais, quer as iniciativas descentralizadas em Beja, Aljustrel, Moura ou Serpa. Greves, manifestações, protestos, lutas contra a liquidação das freguesias, o fecho de serviços públicos ou em defesa do Serviço Nacional de Saúde, jornadas de esclarecimento, distribuição de propaganda – em todas essas acções, maiores ou menores, estiveram presentes dirigentes e activistas sindicais e outros trabalhadores do distrito de Beja.

3.1.7. O movimento sindical continua a ser influenciado, também no distrito de Beja, pela participação, militância e generoso empenhamento dos comunistas que, como sindicalistas, intervêm na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores.

3.1.8. Importa que, na nossa organização regional do Partido, os comunistas continuem a participar, ombro a ombro com outros trabalhadores, na primeira linha da mobilização das massas para acções de reivindicação de melhores salários e de mais direitos; para respostas adequadas aos problemas laborais imediatos nas empresas e serviços; para o reforço da organização sindical, através da sindicalização e da eleição de dirigentes e delegados sindicais; para a afirmação da liberdade de organização e acção sindical que o patronato e seus governos querem condicionar e liquidar.

3.2. O movimento associativo popular

3.2.1. O movimento associativo popular constitui um espaço de intervenção social e de trabalho voluntário sem paralelo. Pelas suas características e influência real que exerce nas comunidades, o associativismo popular vem consolidando a sua afirmação como um poderoso movimento nacional de cultura, recreio e desporto, bem como uma contribuição de qualidade ao desenvolvimento local.

3.2.2. Na região, o movimento associativo conta entre os seus sócios e dirigentes essencialmente com trabalhadores e aposentados, o que tem sido determinante na sua natureza e organização.

3.2.3. Com a Revolução de Abril, o povo em liberdade quis participar na resolução dos problemas e na criação de melhores condições para a sua comunidade, sentindo necessidade de se organizar. Surgiram ou reforçaram-se colectividades e associações que, integrando gente de diferentes formações, desenvolvem um importante trabalho com as várias camadas da população.

3.2.4. A presença dos comunistas no movimento associativo popular é essencial para o enraizamento e influência de massas do Partido. O fortalecimento do movimento associativo não pode ser deixado ao cuidado do poder autárquico. Esse é um trabalho do Partido e dos seus militantes que não deve ser descurado. É importante para a vida local que os comunistas assumam um papel activo no funcionamento das colectividades e associações, de forma a manter a intervenção do Partido bem inserida na vida das populações, sendo os primeiros a pautarem-se pela sua independência e ao serviço dos associados e das populações.

3.2.5. Os governos não têm considerado o movimento associativo como parceiro cultural, desportivo e social, mas como uma realidade secundária, não atribuindo os meios financeiros correspondentes e tentando minorizar a sua acção. O PCP tem vindo ao longo dos anos a apresentar um vasto conjunto de propostas, em articulação com dirigentes e activistas, que traduzem as suas mais profundas aspirações. Estas propostas têm encontrado oposição por parte de outros partidos na Assembleia da República, dos sucessivos governos e das suas políticas de direita e anti-associativas.

3.2.6. O PCP considera que é possível e necessário criar condições de trabalho ao movimento associativo, com mais meios e mais apoios, assegurando o seu desenvolvimento, o aumento da participação dos associados, a sua mais ampla democraticidade, o seu carácter unitário e independência, no quadro das transformações sociais.

3.2.7. Os novos desafios do movimento associativo levam a que os comunistas tenham de se manter atentos a práticas que o descaracterizam, de que é exemplo a opção por dirigentes que são simultaneamente funcionários. Tais práticas podem levar à estagnação da actividade, tornando-se necessário defender os dirigentes voluntários.

3.2.8. Muitas das actividades das associações nas áreas da cultura e recreio e do desporto centram-se na prestação de serviços. Por razões de sobrevivência económica e pela procura dos associados, as pessoas associam-se porque essa é uma exigência para o usufruto de certas actividades para os próprios e familiares.

Mantendo a tradição das colectividades populares, deve-se prosseguir o caminho da inovação das actividades e da qualificação dos activistas, sobretudo entre as camadas mais jovens.

3.2.9. O movimento associativo popular constitui um espaço plural, de resistência cultural e de afirmação de identidade nacional, face ao processo de descaracterização cultural no quadro da integração europeia. É por isso alvo dos ataques de todos aqueles que à escala nacional e internacional defendem o pensamento único e que concebem o exercício da democracia única e exclusivamente como o acto periódico de votar.

3.2.10. É com esse espírito democrático e de acção colectiva que têm surgido as comissões e movimentos de utentes. Com o propósito de defender e reivindicar o bem comum e os direitos consagrados, estes movimentos no distrito de Beja têm contribuído para a unidade e a acção concertada em defesa dos serviços públicos.

3.2.11. De valorizar o papel que os comunistas e muitos outros democratas têm assumido na criação e dinamização destas comissões e movimentos, destacando-se as acções em defesa do IP8 e IP2, dos serviços e estações de correios, em defesa da saúde e dos meios necessários, em defesa das escolas de proximidade, em defesa das ligações directas do comboio interciudades Beja – Lisboa Beja e da electrificação da linha. É todo este colectivo que tem encontrado as formas de luta e as reivindicações, levando-as à prática em conjunto com as populações, com o apoio do movimento sindical e das autarquias.

3.2.12. É também tarefa dos comunistas e outros democratas enquadrados nestes movimentos, mobilizar pessoas de todos os quadrantes políticos, despertá-las para a importância da luta, mostrar-lhes que há alternativa e ganhá-las para a construção dessa alternativa.

3.3. Trabalho político unitário

3.3.1. O trabalho político unitário representa uma importante forma de ligação do Partido às massas e assenta na disponibilidade e possibilidade dos comunistas trabalharem com outros democratas e progressistas na prossecução de objetivos comuns, nomeadamente o desenvolvimento e o progresso do País, numa perspectiva patriótica e de esquerda, como o PCP a define.

3.3.2. O trabalho unitário tem uma primeira e directa expressão de âmbito político, no quadro da CDU, amplo espaço político e de confluência, de comunistas, simpatizantes do PCP, ecologistas, progressistas e outros independentes, que militam activamente no mais amplo projecto político que o País conhece. Não são, contudo, de menor importância a participação unitária de âmbito social, no movimento sindical, nos movimentos de utentes, nas frentes de trabalho da juventude, dos reformados, das mulheres, da paz, onde a participação unitária coloca abrangência e a participação partidária coloca enquadramento político.

3.3.3. O trabalho unitário merece uma especial atenção por parte das organizações do Partido, pois enquanto instrumento da luta é o espaço de aproximação das pessoas às ideias e propostas do PCP e por isso também uma fonte para o seu reforço.

3.3.4. A defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações aconselham a participação dos comunistas em estruturas unitárias, lado a lado com outros democratas. Sem abdicarem dos seus princípios e valores, os comunistas podem, assim, afirmar e concretizar propostas do PCP.

3.4. Participação institucional

3.4.1. De entre as diversas frentes da intervenção do PCP, a intervenção institucional, articulada, nomeadamente com a luta de massas, é um factor importante para o combate às políticas antipopulares, para a afirmação das propostas do Partido e para a resolução dos problemas dos trabalhadores e das populações.

3.4.2. A intervenção institucional expressa-se, relativamente ao distrito de Beja, sobretudo na participação na Assembleia da República – através do deputado eleito pelo distrito de Beja e do Grupo Parlamentar do PCP – nas autarquias locais, na Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL) e, de um modo geral, em todas as instâncias onde o Partido possa fazer ouvir a sua voz.

3.4.3. Os eleitos da CDU nos municípios e nas freguesias, em estreita articulação com as organizações do Partido, põem em marcha o projeto autárquico da CDU que, com trabalho, honestidade e competência, tem vindo a afirmar e reforçar a intervenção dos comunistas e dos seus aliados em defesa dos interesses das populações.

3.4.4. A intervenção institucional é limitada pelos constrangimentos e espartilhos legais impostos por governos e maiorias parlamentares com os quais o PCP diverge. Estes obstáculos colocam permanentes dificuldades à luta institucional do Partido e à afirmação e defesa das suas posições, desafios que os eleitos comunistas procuram vencer com tenacidade

3.4.5. A intervenção institucional é, no seu âmbito, um espaço de combate à política de direita e apresentação das respostas necessárias à resolução dos problemas das populações. É também um espaço de interação com as populações, onde os comunistas contribuem significativamente para a afirmação, o prestígio e o alargamento da influência do Partido.

3.5. Batalhas eleitorais

3.5.1. O PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, não tem a essência da sua actividade marcada pelos processos eleitorais. As batalhas eleitorais são uma das frentes em que o PCP se envolve. Elas são, contudo, um momento importante de contacto com os trabalhadores e o povo, de oportunidade de divulgação das ideias e propostas do Partido. Sem ser um partido eleitoralista, o PCP trabalha por alcançar bons resultados eleitorais, que correspondem ao alargamento da sua influência política e criam condições favoráveis à continuação da luta.

3.5.2. No período que decorreu desde a 7.^a Assembleia de Organização, em 2010, realizaram-se eleições de âmbito nacional para todos os órgãos para os quais os portugueses são chamados a votar: Presidência da República, Assembleia da República, autarquias e Parlamento Europeu.

3.5.3. Nas Presidenciais de 2011, o Partido decidiu, no quadro das orientações do XVIII Congresso, avançar com uma candidatura própria. Esta candidatura foi a 2.^a mais votada no distrito de Beja (a mais votada nos concelhos de Serpa, Mértola, Cuba e Aljustrel).

3.5.4. Também em 2011 se realizaram eleições legislativas, marcadas por um quadro em que o primeiro-ministro demissionário pediu a intervenção da *troika* e acordou com o FMI, o BCE e a UE o programa de «assistência financeira», o qual recebeu também o apoio do PSD e do CDS.

3.5.5. Nessas eleições legislativas de 2011, a CDU teve um bom resultado, com mais percentagem e mais um deputado. Foi a segunda força mais votada no distrito de Beja, tendo vencido em três concelhos.

3.5.6. Nas eleições autárquicas de 2013 a CDU obteve bons resultados a nível nacional, com mais votos, mais eleitos e mais presidências de câmara. A nível distrital manteve-se a tendência de aumento do número de votos que se tem registado nas últimas quatro eleições autárquicas. Em termos percentuais a CDU obteve 38,63% dos votos. A nível distrital, dos 13 concelhos da ORBE, a CDU é a força política maioritária com oito presidências de câmara, sete das quais em maioria absoluta. De registar como positivo os factos de nestas eleições a CDU não ter perdido nenhuma das autarquias em que tinha a presidência e de ter reconquistado mais duas câmaras municipais, sendo uma delas a capital de distrito. Em termos de freguesias, a CDU tornou-se a força maioritária no distrito, com a presidência em 32

3.5.7. Também nas eleições europeias a CDU cresceu, com mais votos, mais percentagem e mais um deputado (quando o país perdeu um deputado, ao passar de 22 para 21 deputados) no Parlamento Europeu. A nível distrital, a CDU, tal como nas anteriores eleições, foi a força mais votada, vencendo em oito concelhos. Apesar de ter diminuído o número de votos, subiu percentualmente de 34,84%, em 2009, para 35,26% em 2014. Em quatro concelhos a CDU teve percentagens acima dos 40%. Em termos percentuais, a CDU subiu em oito concelhos.

3.5.8. Entraremos agora num novo ciclo eleitoral. Em 2015 haverá Legislativas, em 2016 Presidenciais e em 2017 autárquicas. O PCP, no quadro da CDU, tem boas condições para disputar essas eleições, porque são cada vez mais os cidadãos desencantados com os partidos da alternância, não lhe reconhecendo alternativa para a governação e muito menos para a saída da situação em que eles próprios colocaram o País. São também cada vez mais aqueles que reconhecem na CDU a força política que, com verdade, trabalho, honestidade e competência, cumpre os mandatos que lhe são confiados. Importa, pois, também no distrito de Beja, preparar estas batalhas eleitorais, articulando-as com outras lutas, nomeadamente a de massas, no sentido de reforçar o Partido e o seu peso social e político no País, dando expressão aos interesses e às aspirações dos trabalhadores e do povo e abrindo caminho a uma alternativa patriótica e de esquerda.

4. – O PARTIDO E A NECESSIDADE DO SEU REFORÇO

4.1. Caracterização da ORBE

4.1.1. Na Organização Regional de Beja, o número de membros do Partido é de 3391, existindo ainda 1290 inscritos com ficha por actualizar.

4.1.2. Não se registaram alterações significativas quanto à composição social, etária e por sexos da ORBE. A maioria, 72% são operários e empregados. A camada etária com mais peso é a dos militantes com mais de 64 anos, que representam 42% e cerca de 17% dos militantes têm até 40 anos. As mulheres representam cerca de 30% do total dos militantes.

4.2. Estrutura da ORBE

4.2.1. A organização partidária no distrito estrutura-se por 76 organismos com 527 quadros, desde a DORBE às comissões concelhias, comissões de freguesia, sectores profissionais e sindicais, passando pelas células de empresa ou local de trabalho, comissões locais e organismos específicos para o trabalho autárquico (fundos, empresas, propaganda e centros de trabalho).

4.2.2. Na ORBE, _____ % dos camaradas estão organizados pelas organizações locais, existindo _____ comissões de freguesias e _____ organizações de freguesia que funcionam em plenário.

4.2.3. Nestes quatro anos, realizaram-se _____ assembleias das organizações, sendo _____ concelhias, _____ de organizações locais e _____ de empresas e locais de trabalho.

4.2.4. Principais linhas de orientação:

4.2.4.1. Aprofundar a estruturação do trabalho do Partido, realizando assembleias das organizações e procurando que todas tenham o seu organismo dirigente, com a responsabilização individual dos seus membros.

4.2.4.2. Nas empresas e locais de trabalho, de acordo com os princípios, orientações e necessidades, impõem-se medidas na concretização de reactivação das células existentes. Avançar com a criação de novas células no distrito, ultrapassando incompreensões, desvalorização e até alguma resistência. Como prioridades, deverão considerar-se as células dos trabalhadores das câmaras municipais, o sector mineiro, os professores e o sector da saúde.

4.2.4.3. Na estrutura da ORBE, as comissões de freguesia assumem no plano local um papel importante no trabalho partidário. O seu fortalecimento através da responsabilização dos seus membros, assegurando que cada um tenha as suas tarefas, é uma prioridade permanente para que possam cumprir o seu papel: a dinamização da actividade partidária, o aproveitamento da militância, a resposta às tarefas do Partido, a intervenção sobre os problemas concretos, o alargamento da luta de massas. A realização de assembleias de organização de freguesia anualmente, conforme orientação existente, pode ser um importante contributo.

4.2.4.4. Criar nas freguesias com maior número de militantes organismos de base de forma a aproximar o organismo dirigente de freguesia dos militantes.

4.2.4.5. Criar células de reformados a nível concelhio e de freguesia e organismos para o acompanhamento dos camaradas que actuam nas estruturas dos reformados, pensionistas e idosos. Também é importante procurar organizar em células os reformados de sectores profissionais, potenciando a acção junto desta camada e desenvolvendo a luta em defesas dos seus interesses e anseios.

4.2.4.6. Dar uma atenção particular à superação de atrasos na acção junto dos intelectuais e quadros técnicos e na cultura. Este é um sector muito importante e exigente, que atravessa significativas dificuldades, designadamente por falta de apoios e incentivos, mas indispensável para um desenvolvimento mais pleno das pessoas e que precisamos apoiar. Implementar as formas de organização ajustadas, quer de nível distrital, quer concelhio ou por sectores, ultrapassando dificuldades.

4.2.4.7. Intensificar a responsabilização de quadros por tarefas de direcção e de organização, deve constituir uma das principais linhas de trabalho em todos os organismos. Devem ser ultrapassadas e resolvidas situações de organismos, designadamente executivos, onde temos camaradas sem qualquer tarefa.

4.3. Direcção e estilo de trabalho

4.3.1. O trabalho de direcção realizado na ORBE do PCP, desde a 7.^a Assembleia, foi complexo e exigente, dada a multiplicidade de tarefas políticas, o desenvolvimento da luta de massas, o trabalho eleitoral e o reforço do Partido. Tal acção exigiu envolvimento, esforço e articulação de direcção dos organismos, de quadros e militantes chamados a integrar os organismos. Procederam-se a alterações e a novas responsabilizações, procurando fazer face e assegurar o melhor possível as tarefas distritais do partido. Apesar das deficiências, insuficiências e atrasos, que aqui são assumidos, julgamos ter estado à altura das responsabilidades que nos foram colocadas e confiadas.

4.3.2. Um dos aspectos do nosso estilo de trabalho prende-se com o funcionamento democrático do Partido, garantindo, entre outros aspectos, o trabalho de direcção colectiva, a regular prestação de contas e a promoção da participação dos militantes no debate, na apreciação crítica do trabalho realizado e na definição de objectivos. As assembleias das organizações, com a eleição regular dos organismos dirigentes, têm um papel insubstituível no funcionamento democrático e na militância e necessitam ser melhor avaliadas e regularmente concretizadas.

4.3.3. Principais linhas de orientação:

4.3.3.1. A militância tem um papel decisivo na força do Partido. É a principal fonte de capacidade de intervenção do PCP, que será tanto maior quanto mais militantes estiverem conscientes de que a força do Partido é determinada pela acção dos seus membros no quadro do colectivo partidário, assumindo a militância como imperativo político, cívico e social.

4.3.3.2. A militância é determinada pela força das convicções em que assenta a luta pelos objectivos e causas do Partido. A militância enriquece profundamente o militante comunista nas vertentes política, social, cultural e humana.

4.3.3.3. A militância dá sentido prático e é motivo exaltante da vida do membro do Partido. É uma fonte de satisfação e de forma especial quando dela resulta a melhoria das condições de vida para os trabalhadores e o povo. Nesse sentido, a militância comunista diferencia-se e contraria práticas cujos objectivos são conseguir vantagens ou satisfazer ambições pessoais.

4.3.3.4. A campanha de contacto e de elevação da militância, lançada pelo Comité Central e ainda não concluída na ORBE, terá de ser não o simples mas necessário acto de actualizar dados mas um contributo mais eficaz para elevar a militância geral, como forma de reforçar a intervenção do Partido.

4.3.3.5. Definir a intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho como prioridade, na ORBE, tomando medidas práticas de responsabilização de quadros nesse sentido.

4.3.3.6. Direcção o trabalho das organizações para a ligação às massas e a dinamização da luta em torno dos seus problemas concretos

4.3.3.7. Combater tendências negativas no trabalho de direcção do Partido, tais como o insuficiente enquadramento político e ideológico da actividade partidária; o *praticíssimo* como estilo de trabalho; ou o fazer da discussão um fim em si.

4.3.3.8. A vida democrática das nossas organizações tem de merecer uma permanente atenção dos organismos e camaradas no sentido de chamar à participação na definição das orientações, da linha política e nas decisões um cada vez maior número de militantes, na atenta consideração e debate das opiniões dos organismos e militantes, garantindo a sua transmissão aos organismos superiores. Combater tendências para o trabalho individualista e em sobreposição ao trabalho colectivo.

4.3.3.9. Estimular a crítica e autocrítica fraternas como uma forma natural de agir e como método de aperfeiçoar o trabalho partidário, de corrigir erros e vencer deficiências, de formar os militantes e de reforçar o colectivo.

4.3.3.10. Aprofundar o trabalho colectivo e a direcção colectiva a todos os níveis da organização, no quadro dos princípios de uma única orientação geral e uma única direcção central, e uma profunda democracia interna com ampla capacidade de decisão e iniciativa que ela pressupõe, enquadra e integra.

4.3.3.11. Estudar e conhecer de forma mais rigorosa a realidade em que actuamos e, designadamente, as alterações que se operam no distrito de Beja.

4.3.3.12. Melhorar o controlo de execução, no geral e em particular, em relação às prioridades definidas.

4.3.3.13. Renovar e rejuvenescer os organismos do Partido na ORBE e aumentar a participação dos quadros operários, jovens e mulheres, no trabalho de direcção aos diversos níveis da estrutura partidária.

4.3.3.14. Estimular a iniciativa a partir das organizações e organismos de base.

4.4. DORBE

4.4.1. A DORBE manteve uma regularidade de reuniões (em média trimestral). As suas reuniões debruçaram-se fundamentalmente sobre a apreciação da situação política e social e nas tarefas do Partido. Houve regularmente tomadas de posição política sobre os problemas do distrito.

4.4.2. A DORBE a eleger pela 8ª AORBE deve manter as características da actual, nomeadamente no que se refere às suas competências, e ver ligeiramente reduzida a sua dimensão; deve manter uma maioria de operários e empregados, reforçando a presença de camaradas oriundos dos locais de trabalho e reflectindo a identidade, natureza e princípios do Partido; ter presente na sua composição quadros com condições políticas e ideológicas, quadros ligados à organização do Partido e com tarefas de responsabilidade, quadros com ligação às diversas áreas e frentes de trabalho, e integrantes de organizações e movimentos de massas.

4.4.3. A DORBE deve abordar grandes áreas da actividade e intervenção do Partido e as suas reuniões devem ser melhor preparadas pelos organismos executivos.

4.4.4. Devem manter-se os mesmos organismos executivos da DORBE – o Secretariado e o Executivo.

4.5. Quadros

4.5.1. A ORBE do PCP conta com centenas de quadros que actuam aos mais diversos níveis da estrutura partidária e das frentes de luta, assegurando a actividade empenhada do colectivo partidário, sem os quais não seria possível dar resposta às múltiplas tarefas que se colocaram e colocam aos comunistas do distrito de Beja.

4.5.2. Nestes quatro anos foram responsabilizados cerca de _____ novos camaradas e destes cerca de _____ % são jovens até aos 35 anos. Do total de camaradas responsabilizados, cerca de _____ % foram-no nas organizações concelhias e apenas _____ % em empresas e locais de trabalho. Continua a haver bloqueios no trabalho de direcção, nomeadamente no aprofundamento da estruturação, por falta de quadros que assumam a direcção de organizações de base.

4.5.3. Principais linhas de orientação:

4.5.3.1. O melhor conhecimento dos quadros, a sua formação ideológica, o seu acompanhamento, a sua integração em organismos, são aspectos essenciais para que eles revelem o mais plenamente possível as suas qualidades e se secundarizem os traços menos bons, adquiram experiência, vençam as dificuldades, para que adquiram mais confiança em si próprios e desenvolvam capacidades de iniciativa, a necessidade do trabalho colectivo e o respeito pelas opiniões dos outros num espírito de sã camaradagem. No conjunto dos quadros destaca-se a importância dos funcionários do Partido – quadros a tempo inteiro que pela sua dedicação, disponibilidade e acção política e revolucionária são indispensáveis à actividade do PCP e à afirmação dos seus princípios e objectivos.

4.5.3.2. O rejuvenescimento dos quadros tem sido uma direcção do nosso trabalho. Há que prosseguir este objectivo de forma permanente, garantindo a transmissão da experiência adquirida, para que não se perca a memória, nem os valores e os ensinamentos da experiência e da história de gerações de revolucionários e comunistas que honraram o Partido e a sua luta na região.

4.5.3.3. A 8.^a Assembleia da ORBE reafirma a necessidade de uma política de quadros que corresponda e reforce a natureza de classe do Partido. Que nos organismos dirigentes aos diversos níveis a política de quadros tenha como direcção prioritária a responsabilização de quadros operários, jovens e mulheres (incluindo a chamada ao quadro de funcionários).

4.5.3.4. Os organismos devem atempada e regularmente discutir como se realiza o acompanhamento dos quadros, a ajuda ao seu trabalho e o apoio do ponto de vista partidário, político, ideológico, cultural e pessoal.

4.6. Organização, acção política e ligação às massas

4.6.1. A organização partidária está em melhores condições para assumir, de facto, o seu papel de vanguarda quando é conhecedora dos problemas dos trabalhadores e de outras camadas sociais e está bem inserida e estruturada na sociedade.

4.6.2. Na ORBE importa reforçar a ligação e interacção das organizações partidárias com os trabalhadores e as populações e seus problemas.

4.6.3. Principais linhas e orientações:

4.6.3.1. A prioridade da organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores, nas empresas e locais de trabalho, designadamente destacando quadros para se dedicarem a este trabalho; consolidando a organização existente e criando novas células ou sectores; dando atenção particular às empresas com mais trabalhadores e/ou de importância estratégica; alargando o número de membros do Partido organizados a partir das empresas e locais de trabalho, com o recrutamento, a integração prioritária de novos militantes e transferências; assegurando a organização e dinamizando a intervenção com um amplo, permanente e ousado sentido de ligação às massas; tendo em conta a diversidade da situação dos trabalhadores, designadamente os vínculos precários; assumindo como tarefa de todas as organizações e militantes este objectivo, cuja concretização implica decisão, programação, persistência e controlo de execução.

4.6.3.2. A estruturação das organizações locais, promovendo o funcionamento, a dinamização, a iniciativa e a intervenção das organizações de base num estilo de profunda ligação às massas, prossequindo e concretizando medidas a partir de uma avaliação da realidade orgânica que promova uma efectiva estruturação da organização (e não apenas no papel), para o que devem ser considerados, entre outros aspectos, a divisão administrativa, considerando as freguesias extintas, a dimensão dos efectivos partidários, o grau de participação dos militantes e a disponibilidade de quadros para a dinamização das organizações.

4.6.3.3. A avaliação da situação, organização, participação e contributo dos militantes que são reformados, promovendo as medidas que no plano orgânico potenciem a sua intervenção na actividade geral do Partido, no reforço do trabalho junto dessa camada social e no seu apoio à acção e luta das organizações unitárias de reformados, pensionistas e idosos.

4.6.3.4. A acção e organização na área da cultura e junto dos intelectuais e quadros técnicos, fortalecendo e criando estruturas orgânicas adequadas às diferentes áreas e linhas de intervenção visando o trabalho de massas, o estímulo à acção política, à actividade cultural e à criação artística.

4.6.3.5. O trabalho com a juventude e o reforço da JCP e da sua intervenção, contribuindo para o aumento da influência do Partido entre os jovens.

4.6.3.6. A estruturação do trabalho junto de outras camadas e sectores sociais e áreas de intervenção específicas, nomeadamente: a acção junto dos agricultores; o trabalho com os micro, pequenos e médios empresários; o trabalho dirigido às mulheres; a acção junto das pessoas com deficiência; o trabalho dirigido aos desempregados.

4.6.3.7. A criação e o funcionamento regular dos organismos de membros do Partido que intervêm em organizações e movimentos de massas, assegurando o adequado conteúdo e o funcionamento regular, criando novos organismos, considerando as necessárias linhas de apoio à intervenção e formação dos respectivos quadros, orientação que se deve aplicar igualmente aos militantes com tarefas institucionais e em outras áreas.

4.6.3.8. A promoção do recrutamento de novos militantes como uma tarefa regular de todas as organizações e militantes, a destacar no plano da intervenção política do Partido, dos meios de comunicação e da imprensa partidária e a justificar iniciativas especiais,

associando o recrutamento à célere e efectiva integração com a consideração do organismo e da tarefa a atribuir para ser assumida por cada militante.

4.7. A formação e a luta ideológica

4.7.1. A luta ideológica agudizou-se nos últimos anos. A ofensiva do grande capital expressa-se com forte dimensão no plano ideológico, na justificação da ingerência, da agressão e da guerra do imperialismo, na defesa das concepções da União Europeia e do comprometimento da soberania nacional, na insistência da inevitabilidade do agravamento da exploração, da retirada de direitos e do retrocesso social e civilizacional que comportam, na desvalorização da luta dos trabalhadores e do povo, na difusão do conformismo e do individualismo, na promoção das teses do mal menor veiculando velhas e novas expressões da social-democracia, no destaque e incentivo a falsas saídas assentes no radicalismo e na provocação, na limitação das liberdades e da democracia, na acção branqueadora do fascismo e no anticomunismo.

4.7.2. Tal ofensiva, no quadro do agravamento da crise estrutural do capitalismo, tem como objectivo principal fazer crer que não existe outro caminho e enfraquecer nos trabalhadores e nos povos a perspectiva da possibilidade, necessidade e urgência do progresso social e do socialismo como alternativa e forma mais avançada de organização da sociedade.

4.7.3. Cursos, debates e acções de formação:

4.7.3.1. Deram-se passos neste trabalho (embora desiguais de organização para organização), revelando uma melhor compreensão na ORBE para a necessidade da formação política e ideológica e da preparação dos quadros, face à necessidade de dar resposta à intensa batalha ideológica com que os militantes do Partido estão confrontados, o que exigiu a tomada de medidas de direcção e o destacamento de quadros que permitiram dar uma outra atenção a esta tarefa.

4.7.3.2. Entre 2010 e 2014 participaram em cursos de duração e conteúdo diversos cerca de _____ camaradas da ORBE, sendo que _____ % participaram em cursos na Escola do Partido e _____ % em cursos organizados na ORBE. São números ainda modestos que reflectem a falta de um trabalho sistemático e dirigido, embora os passos dados sejam positivos.

4.7.3.3. Sendo certo que uma importante parte da formação política e ideológica se faz no dia-a-dia da nossa actividade e no processo da luta de classes nas pequenas e grandes lutas, ela não dispensa, antes exige, a leitura e o estudo dos materiais do Partido, com destaque para o *Avante!* e *O Militante*.

4.7.3.4. Manifestam-se ainda significativas insuficiências, que importa ultrapassar, no trabalho sistemático e dirigido a camaradas para participarem em cursos e outras acções de formação.

4.7.4. Principais linhas de orientação:

4.7.4.1. Trabalhar para que nas organizações concelhias e nas células se destaquem camaradas que acompanhem este trabalho e que estabeleçam planos anuais de formação, tendo em conta os horários, os tempos dos cursos e as exigências da vida profissional e familiar dos quadros.

4.7.4.2. A DORBE, as comissões concelhias e as células de empresa e locais de trabalho devem dar outra atenção, no quadro da política de quadros, ao levantamento de nomes de camaradas a participarem em cursos promovidos, quer pelas respectivas organizações, quer pela DORBE e a Escola do Partido, com a planificação anual destas acções e o trabalho para a sua concretização.

4.7.4.3. Estimular a leitura dos documentos e da imprensa do PCP e o estudo das obras de Álvaro Cunhal e os clássicos do marxismo-leninismo.

4.8. Informação e propaganda

4.8.1. Ao nível da organização partidária, as questões relacionadas com a informação, agitação e propaganda devem merecer uma adequada e permanente atenção, pela sua importância para a batalha ideológica e para a da afirmação política do Partido e da sua ligação às massas.

4.8.2. O principal esforço de divulgação da opinião e das propostas do Partido no seio das massas depende da acção e da iniciativa política própria das organizações, com uma correcta utilização dos meios próprios disponíveis, e, sobretudo, dos militantes, da acção individual de cada comunista. As diversificadas possibilidades de meios de informação e propaganda ao dispor das organizações do Partido (produção e distribuição de comunicados, envio de notas à comunicação social, edição de cartazes, utilização de meios audiovisuais, recurso a estruturas amovíveis de diferentes dimensões, realização de murais, utilização da Internet, participação em redes sociais, etc.) revelam um vasto campo de intervenção dos comunistas que é preciso potenciar e organizar.

4.8.5. Principais linhas de orientação:

4.8.5.1. Procurar desenvolver um trabalho mais regular de informação e propaganda nas organizações, nomeadamente nos locais de trabalho e de residência, em torno de problemas específicos.

4.8.5.2. É necessário um funcionamento mais regular e dinâmico de uma Comissão Distrital de Propaganda.

4.8.5.3. Manter e dinamizar o sítio da DORBE na Internet, implementar sítios concelhios do Partido.

4.8.5.4. Organizar e alargar listagens de correio electrónico de forma centralizada e generalizar nas organizações o seu uso.

4.8.5.5. Dinamizar a constituição de colectivos de informação, agitação e propaganda nas diferentes organizações do distrito.

4.8.5.6. Continuar a dar prioridade à renovação regular e a tempo da propaganda na rede partidária de mupis no distrito, bem como à sua defesa e manutenção.

4.9. A imprensa do Partido: *Avante!* e *O Militante*

4.9.1. A acção do Partido, a concretização dos seus objectivos, exigem que se criem as melhores condições para os trabalhadores e o povo poderem conhecer e compreender o projecto, as propostas, as posições e análises do PCP.

4.9.2. O *Avante!* e *O Militante* desempenham um papel insubstituível na formação política e ideológica dos militantes do Partido. O *Avante!* é também um importante meio de informação, de organização e de ligação às massas. Em _____, o Partido vendia exemplares do *Avante!* e _____ exemplares de *O Militante!*, na ORBE, o que se deve considerar insuficiente.

4.9.3. A leitura do *Avante!* e o estudo de *O Militante* devem ser considerados como uma tarefa e são indispensáveis para termos mais militantes do Partido bem preparados para cumprir o seu papel de comunistas no esclarecimento dos trabalhadores e das populações, nas empresas, nos locais de trabalho, nas ruas, nas associações, nas diversas organizações de massas.

4.9.4. O *Avante!* disponibiliza informação única, opiniões e análises de qualidade e orientações do Partido sobre os problemas e as lutas dos trabalhadores e das populações, nos planos nacional e internacional.

4.9.5. Principais linhas de orientação:

4.9.5.1. Discutir em cada executivo das Comissões Concelhias como criar novas ADEs e reactivar outras; e acompanhar regularmente a venda dos jornais.

4.9.5.2. Responsabilizar um camarada em cada organismo para esta tarefa.

4.9.5.3. Sensibilizar mais camaradas e amigos para a compra, leitura e difusão do *Avante!* junto dos trabalhadores e das populações, contribuição decisiva para elevar a sua consciência de classe, a sua consciência social e política.

4.9.5.4. Promover a leitura de artigos do *Avante!* e de *O Militante* e suscitar a sua discussão.

4.9.5.5. Realizar regularmente bancas para a venda do *Avante!* junto das empresas, junto dos mercados e praças, em locais de grande passagem de pessoas.

4.10. Recrutamento

4.10.1. Neste período, entre _____ e _____, foram recrutados _____ camaradas, nos 13 concelhos abrangidos pela ORBE.

4.10.2. Mantém-se como aspecto menos positivo o facto de as organizações e os militantes não terem como preocupação permanente o recrutamento para o Partido, bem como falta de audácia na abordagem daqueles que se destacam na luta, na empresa/local de trabalho, nas escolas, nas lutas das populações, nas batalhas eleitorais e a sua rápida integração em organismos com atribuição de tarefas.

4.10.3. Principais linhas de orientação:

4.10.3.1. Considerar o recrutamento essencial ao reforço do Partido e tarefa de todos os militantes.

4.10.3.2. Orientar o recrutamento prioritariamente para operários, jovens e mulheres, nas empresas e outras organizações de massas e todos os que se destacam nas lutas.

4.10.3.3. Trabalhar para que a cada camarada recrutado seja atribuída uma tarefa e seja integrado num organismo de forma célere.

4.11. Política de fundos

4.11.1. Em tempos da permanente ofensiva contra os rendimentos e os direitos dos trabalhadores e de outros sectores e camadas sociais, de crescimento do desemprego e da precariedade, de agravamento das condições de vida, de empobrecimento da maior parte do povo e do País, a questão dos fundos exige uma ainda maior atenção de forma a garantir o reforço dos meios financeiros, para que o Partido continue a desenvolver a sua actividade política.

4.11.2. A situação financeira a nível da ORBE, apesar dos esforços, mantém-se difícil desde a 7.^a Assembleia. Na estrutura das receitas e nos últimos quatro anos verificou-se longe do objectivo definido de _____ % de camaradas com a quota em dia. Quanto às despesas, também no mesmo período se conseguiu uma, apesar dos constantes aumentos de custos que se tem verificado.

4.11.3. Atendendo aos dados referidos, é necessário que cada organização, cada militante, se empenhe na superação das dificuldades existentes e que a situação actual nos impõe.

4.11.4. Principais linhas de orientação:

4.11.4.1. Todos os organismos de Direcção devem reforçar a discussão da situação financeira do Partido, tendo em conta as condicionantes do momento mas também todas as potencialidades, para que o Partido possa manter a independência financeira, política e ideológica.

4.11.4.2. Criar e/ou reforçar as comissões de fundos e de controlo financeiro nos concelhos e células de empresa e locais de trabalho, ligando-as à estrutura dirigente das organizações.

4.11.4.3. Assegurar um maior rigor na elaboração dos orçamentos e no respectivo controlo orçamental, na entrega das folhas de caixa e na prestação de contas nas datas definidas e o rigor nos procedimentos.

4.11.4.4. Definir objectivos claros e assumidos colectivamente, melhorando significativamente o seu controlo de execução.

4.11.4.5. Envolver mais camaradas no recebimento das quotas de forma a alcançar o objectivo definido de pelo menos 1 camarada por 20 militantes.

4.11.4.6. Promover o aumento do valor da quota e da sua recolha, procurando atingir os objectivos de 80% de militantes com a quota em dia e a elevação do seu valor, tendo como elemento de referência 1% do seu rendimento mensal.

4.11.4.7. Estimular a maior recolha de contribuições dos militantes, alargando o âmbito dessa recolha no interior do Partido e junto dos amigos, estabelecendo metas, elaborando listas de contactos em todos os organismos.

4.11.4.8. Cuidar mais do cumprimento do princípio estatutário que define que os membros do Partido eleitos ou nomeados em cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados pelo desempenho dessas tarefas, acompanhando com mais rigor o cumprimento desse princípio.

4.11.4.9. Levar a cabo mais regularmente a realização de iniciativas culturais, festas, excursões, almoços e outras que, para além da sua importância política, contribuam para as finanças partidárias.

4.11.4.10. É necessário que as organizações tomem medidas para o aumento da venda do *Avante!*, eliminando as sobras, para também por este meio aumentar as receitas.

4.12. Festa do *Avante!*

4.12.1. A Festa do *Avante!* é a maior realização política, cultural, e de massas de Portugal. Festa do PCP, ela expressa e projecta os valores e ideais dos comunistas portugueses, os seus objectivos e propostas, a sua forma de estar fraterna e solidária. A Festa constitui uma referência anual para muitos portugueses, designadamente jovens. A Festa do *Avante!* é a Festa de Abril, da Juventude, do Povo.

4.12.2. Os avanços positivos verificados na participação e contributo da ORBE desde a 7.^a Assembleia deverão ser aprofundados.

4.12.3. Principais linhas de orientação:

4.12.3.1. Constituir um colectivo permanente na ORBE para a Festa do *Avante!* com um funcionamento regular, e que terá como tarefas principais o estudo da participação do distrito e a elaboração de propostas para uma melhor participação política, cultural e melhores resultados financeiros do Espaço de Beja, integrado na região.

4.12.3.2. Promover a abordagem da Festa nos vários organismos do Partido, em particular nos organismos de Direcção, no sentido de estimular a venda antecipada da EP, enquanto contributo financeiro indispensável ao sucesso da Festa, e da sua promoção e divulgação do modo mais amplo possível, junto dos trabalhadores, da juventude e das populações.

4.12.3.3. A concepção, preparação, construção e funcionamento são elementos essenciais ao êxito da Festa, e uma oportunidade para o envolvimento de muitos militantes e de amigos, pelo que a preparação da Festa, designadamente as jornadas de trabalho e as tarefas de funcionamento devem exigir uma maior planificação e atenção, envolvendo de forma abrangente todos os camaradas sem excepção. A festa é uma realização de todos.

4.12.3.4. Promover um forte envolvimento da ORBE na campanha nacional de fundos em curso para a aquisição de mais 7 hectares de terreno no espaço da Festa do *Avante!*, até Março de 2016. Levar a campanha a todos militantes e aos amigos do Partido e da Festa, a todos os que queiram e possam participar. Esta é uma campanha que está a

entusiasmar o Partido e tem boas condições para ser alcançada com êxito também no nosso distrito.

*

Com as medidas propostas para o reforço orgânico do Partido e da sua capacidade de intervenção, estamos a construir um PCP mais forte. Com as propostas que apresentamos para o desenvolvimento do distrito de Beja ancoradas no conhecimento da realidade, estamos a contribuir para a afirmação da região. Com uma política de classe e de defesa intransigente dos interesses da classe operária, dos trabalhadores e do povo, o PCP, com a realização da sua 8.^a Assembleia da Organização Regional de Beja, cumpre o seu papel de organizar, intervir e lutar por uma política alternativa e por uma alternativa política que, com base nos valores de Abril, se insira no caminho da construção de uma democracia avançada, rumo ao socialismo e ao comunismo.

Beja, 20 de Setembro de 2014

A DIRECÇÃO DA ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE BEJA DO PCP